



SUMÁRIO

Introdução	25
Capítulo I – Responsabilidade Civil: Noções Gerais.....	33
1.1. Conceito e elementos constitutivos	33
1.1.1. Natureza jurídica	35
1.1.2. Fato gerador do dever de indenizar	36
1.2. Funções da responsabilidade civil.....	37
1.3. Requisitos, pressupostos ou elementos da responsabilidade	39
1.3.1. Fato lesivo. Ato ilícito e fato da atividade	39
1.3.1.1. Fato lesivo (voluntário) na apreciação subjetiva. A culpa como fundamento.....	39
1.3.1.2. Fato lesivo na apreciação objetiva	43
1.3.1.3. Excludentes de ilicitude.....	44
1.3.1.4. Excludentes de imputabilidade.....	47
1.3.1.5. Cláusula de não indenizar	47
1.3.2. Nexo causal, pluralidade ou concorrência de causas e excludentes do nexo causal.....	48
1.3.2.1. Nexo causal.....	48
1.3.2.2. Pluralidade ou concorrência de causas (multicausalidade ou concausalidade)	54
1.3.2.3. Fato concorrente ou “culpa recíproca”	56

1.3.2.4.	Excludentes do nexo causal.....	58
1.3.2.4.1.	Fato exclusivo da vítima.....	59
1.3.2.4.2.	Fato exclusivo de terceiro. Elementos externos e internos.....	61
1.3.2.4.3.	Caso fortuito. Elementos externos e internos	62
1.3.2.4.4.	Força maior. Elementos externos e internos.....	64
1.3.2.4.5.	Fortuitos natural e humano: pressupostos de caracterização e efeitos.....	65
1.3.2.4.6.	<i>Factum principis</i> externo e interno....	67
1.3.3.	Dano.....	68
1.3.3.1.	Ausência de dano como excludente de responsabilidade. O mero risco à saúde e segurança como caracterizador de dano.....	69
1.3.3.2.	Espécies de dano.....	69
1.4.	Dano patrimonial e sua reparação. Perda de uma chance	71
1.5.	Dano extrapatrimonial.....	74
Capítulo II – As Diversas Espécies de Responsabilidade		77
2.1.	Classificação	77
2.1.1.	Responsabilidade subjetiva	78
2.1.2.	Responsabilidade objetiva	81
2.1.3.	Responsabilidade preventiva ou precaucional.....	88
2.1.4.	Responsabilidade quanto ao ônus da prova: com presunção de culpa e sem presunção de culpa. O ônus da prova na Covid-19	89
2.1.5.	Responsabilidade quanto ao agente causador: direta ou por ato próprio e indireta ou por ato ou fato de outrem ou da coisa e reflexa.....	93
2.1.5.1.	Responsabilidade direta ou por ato próprio	93
2.1.5.2.	Responsabilidade por ato ou fato de outrem ou da coisa e reflexa.....	93
2.1.6.	Responsabilidade solidária e subsidiária	94

2.1.7.	Responsabilidade por ação e responsabilidade por omissão	95
2.1.8.	Responsabilidade contratual e extracontratual	95
2.1.9.	Responsabilidade civil e criminal.....	96
2.1.10.	Responsabilidade quanto aos efeitos: por danos patrimonial e extrapatrimonial	99
2.1.11.	Responsabilidade quanto à abrangência de pessoas: responsabilidade por dano individual e responsabilidade por dano coletivo	100
2.1.12.	Responsabilidade quanto à natureza da pessoa jurídica: responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado e público.....	102
2.1.12.1.	Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado	102
2.1.12.2.	Responsabilidade da administração pública direta e indireta.....	104
Capítulo III – Responsabilidade Trabalhista.....		107
3.1.	Introdução	107
3.2.	Obrigações dos contratantes	109
3.2.1.	Obrigações do empregado	111
3.2.2.	Obrigações do empregador e poder empregatício.....	112
3.3.	Efeitos do descumprimento das obrigações trabalhistas: responsabilidade e respectiva natureza.....	115
3.4.	Danos pré e pós-contratuais, decorrentes da relação de trabalho... ..	116
3.5.	Responsabilidade trabalhista de terceiros	116
3.6.	Conceito e classificação da responsabilidade trabalhista	117
Capítulo IV – Direitos da Personalidade.....		125
4.1.	Distinção entre direitos fundamentais e direitos da personalidade. ..	125
4.2.	Direitos da personalidade.....	130
4.3.	Natureza jurídica e classificação.....	133
4.4.	Características	137
4.5.	Notícia histórica e tratamento dispensado à matéria pelo legislador civil	138

4.6.	A tutela dos direitos da personalidade nas relações de trabalho	141
Capítulo V – Dano Extrapatrimonial: Aspectos Gerais		145
5.1.	Dano extrapatrimonial: conceito e caracterização	145
5.2.	Dano moral	150
5.2.1.	Notícia histórica e fundamento	150
5.3.	Classificação do dano moral	155
5.4.	Pessoa jurídica tem direito a dano moral?	157
5.5.	Transmissibilidade do dano moral	158
5.6.	Prova do dano moral	158
5.7.	Do dano patrimonial indireto	159
Capítulo VI – Dano Moral Trabalhista		161
6.1.	Caracterização e competência para a reparação do dano moral tipicamente trabalhista	161
6.2.	Conceito	170
6.3.	Classificação do dano moral trabalhista	170
6.4.	Da natureza e prova da responsabilidade por dano moral	171
Capítulo VII – Danos Morais por Ofensas a Atributos Valorativos da Personalidade		175
7.1.	Dano moral por ofensas à honra	175
7.1.1.	Dano moral nas reversões de justa causa por ofensas à honra	178
7.1.2.	Indenização patrimonial reflexa ou como desdobramento por ofensas à honra	180
7.2.	Dano moral por ofensas à imagem	180
7.2.1.	Imagem-retrato	180
7.2.2.	Imagem-atributo	184
7.2.3.	Dano estético	187
7.2.4.	Indenização patrimonial reflexa ou como desdobramento por danos à imagem	187
7.3.	Dano moral por ofensas ao decoro (decência e pudor) ou tratamento respeitoso	189

7.3.1.	Assédio moral	190
7.3.2.	Assédio sexual	201
7.3.3.	Assédio eleitoral.....	204
7.4.	Dano moral por ofensas à identidade e às criações intelectuais .	204
Capítulo VIII – Danos Morais por Ofensas a Atributos Físicos da Personalidade..		213
8.1.	Danos morais por ofensas à vida, saúde e segurança	213
8.1.1.	Dano tanatológico (dano morte).....	218
8.1.2.	Acidente do trabalho. Contaminação por COVID-19	218
8.1.2.1.	Danos morais, estéticos e existenciais nos acidentes do trabalho	224
8.2.	Dano moral por ofensas à liberdade de trabalho ou profissão	228
8.2.1.	Imposição de condição desumana ou degradante de trabalho. Condição análoga à de escravo	228
8.2.2.	Dano moral por ofensas às liberdades de locomoção e circulação nas relações de trabalho. <i>Habeas Corpus</i>	238
8.2.3.	Liberdade de trabalho ou profissão e cláusulas de permanência e de não concorrência	244
8.2.4.	Liberdade de trabalho, trabalho infantil e do menor adolescente. Aprendizagem trabalhista e formação esportiva	245
8.2.5.	Danos morais por retenção de carteira de trabalho e anotações desabonadoras	250
8.3.	Dano moral por ofensa do direito à subsistência (imposição de privações: mora salarial e inadimplemento das parcelas rescisórias). A questão da indenizabilidade do dano extrapatrimonial na dimensão do descumprimento parcial ou total de obrigações pecuniárias	253
8.4.	Dano moral por ofensas ao direito à desconexão. Regimes de sobreaviso e prontidão e o uso de pager, telefone celular e outros aparatos eletrônicos de comunicação à distância	256
8.4.1.	Teletrabalho, acidente do trabalho e dano moral.....	260
8.5.	Dano moral pela perda de uma chance	263
Capítulo IX – Danos Morais por Ofensas a Atributos Psíquicos ou Intelectuais da Personalidade		267
9.1.	Danos morais por ofensas ao direito à intimidade	267

9.2.	Danos morais por ofensas ao direito ao sigilo e ao segredo empresarial	273
9.2.1.	O uso do e-mail no trabalho e a questão do sigilo.....	275
9.2.2.	Ofensas por quebra de sigilo bancário	279
9.3.	Danos morais por ofensas ao direito ao recato ou vida privada.....	280
9.3.1.	Intimidade e vida privada: distinção necessária	281
9.3.2.	Intimidade, vida privada e redes sociais	282
9.3.2.1.	Os problemas que podem surgir a partir do uso das redes sociais no ambiente de trabalho	284
9.3.2.2.	Os cuidados, limites e a composição dos conflitos decorrentes do abuso no uso das redes sociais.....	290
9.3.3.	A interferência e o princípio da irrelevância dos atos da vida privada do trabalhador para efeitos laborais.....	293
9.3.3.1.	Outros casos de repercussão dos atos da vida privada no contrato. Atletas profissionais.....	294
9.3.4.	A LGPD e as ofensas ao tratamento adequado dos dados pessoais	298
9.3.5.	A inteligência artificial e as ofensas decorrentes de sua utilização no ambiente de trabalho.....	310
9.4.	Dano moral por ofensa ao direito de igualdade (ou de não discriminação)	315
9.4.1.	Isonomia	318
9.4.2.	Discriminação.....	320
9.4.2.1.	Discriminação pelo não atendimento à adaptação ou acomodação razoável	334
9.5.	Dano moral por ofensa à liberdade de consciência	336
9.5.1.	Liberdade de consciência e objeção de consciência nas relações de trabalho.....	337
9.5.2.	Aspecto coletivo da liberdade de consciência	342
9.5.3.	Vacina contra o coronavírus e direito de convicção ideológica ou de crença. Dano moral e despedida por justa causa.....	343
9.6.	Dano moral por ofensa à liberdade de crença.....	344
9.6.1.	As entidades ideológicas ou de tendência	353

9.7.	Danos morais por ofensas às liberdades política, filosófica e ideológica. Assédio eleitoral.....	363
9.7.1.	Dispensa por motivos políticos e anistia	368
9.8.	Danos morais por ofensas às liberdades de expressão intelectual literária, artística, científica e de comunicação	371
9.8.1.	A liberdade de expressão intelectual literária, artística, científica e de comunicação nas relações de trabalho	373
9.8.2.	Liberdade de profissão	383
9.9.	Dano moral por ofensa relacionada à liberdade de informação	384
9.10.	Danos morais por ofensas à liberdade de expressão coletiva: liberdades de reunião, associação, participação na gestão empresarial e de greve	391
9.10.1.	Práticas antissindicais e danos morais por ofensas à liberdade sindical.....	391
9.10.2.	Danos morais por dispensa arbitrária de trabalhadores estáveis ou detentores de garantia de emprego.....	397
9.10.2.1.	Danos morais pelas ofensas ao exercício do cargo de dirigente sindical e de representação dos trabalhadores nas empresas.....	401
9.10.3.	Danos morais pelas ofensas ao direito de participação dos trabalhadores na gestão empresarial.....	411
9.10.4.	Danos morais por ofensas à liberdade de participação em greve	412
Capítulo X – Danos Extrapatrimoniais aos Valores Fundamentais Coletivos (Danos Morais Coletivos)		425
10.1.	Danos extrapatrimoniais aos valores fundamentais de natureza coletiva de trabalhadores, grupo, classe ou categoria de trabalhadores (dano moral coletivo).....	425
10.1.1.	Destinatários da indenização por dano moral coletivo.....	434
Capítulo XI – Dano Existencial		449
11.1.	Introdução	449
11.2.	Elementos de caracterização do dano existencial	452
11.3.	Dano existencial à integridade física e psíquica do trabalhador	453

11.3.1.	Dano da perda da vida (dano tanatológico ou dano morte – <i>death damage</i>)	454
11.3.1.1.	Conceito, terminologia e problematização	454
11.3.1.2.	Direito a ser reconhecido e sua legitimação no direito comparado	456
11.3.1.3.	Dano da perda da vida e dano reflexo da morte no direito brasileiro	463
11.3.1.4.	Distribuição do valor da indenização.....	470
11.4.	Dano existencial à integridade intelectual.....	472
11.5.	Dano existencial à integração social	473
11.6.	Dano moral e dano existencial: distinção e cumulação	473
Capítulo XII – Avaliação e Composição do Dano Extrapatrimonial – Dosimetria ou Parametrização		477
12.1.	Da avaliação e composição do dano extrapatrimonial	477
12.2.	Princípios informativos gerais do Código Civil, orientadores da fixação dos danos extrapatrimoniais.....	481
12.3.	Parâmetros para a fixação pecuniária da indenização por danos extrapatrimoniais: métodos bifásico e trifásico de apuração.....	483
12.3.1.	Integralidade e critérios celetários incidentes.....	485
12.3.2.	Proporcionalidade e critérios celetários incidentes	487
12.3.3.	Razoabilidade e critérios celetários incidentes	489
12.4.	Operacionalização dos princípios e critérios de fixação do valor da indenização dos danos extrapatrimoniais individuais	491
12.4.1.	A importância da CIF na apuração do dano.....	497
12.5.	Fixação do valor da indenização dos danos morais coletivos	498
12.6.	Dano social e <i>punitive damages</i>	500
12.7.	O princípio constitucional da motivação das decisões judiciais.....	501
Capítulo XIII – Prescrição dos Danos Extrapatrimoniais		503
13.1.	Prescrição e decadência: distinção pela natureza do direito e hipóteses.....	503
13.2.	Prescrição e decadência: distinção baseada em outros aspectos	506
13.3.	A natureza do prazo bienal pós-extinção do contrato de emprego..	507
13.4.	Prescrição: modalidades e normas gerais.....	508

13.5. Prescrição de direitos patrimoniais e extrapatrimoniais.....	509
13.6. Direitos perpétuos e interesses imprescritíveis	510
13.7. Prescrição: causas impeditentes, suspensivas e interruptivas. A regra contra <i>non valentem</i>	511
13.8. Da renúncia à prescrição e à decadência	515
13.9. Legitimação para a interrupção	517
13.10. Prazos gerais de prescrição no Direito do Trabalho.....	517
13.11. Prescrição e arguição de ofício em sede trabalhista	518
13.12. Prescrição dos danos extrapatrimoniais e regras de transição	519
13.13. Prescrição e decadência durante o período da pandemia da COVID-19.....	522
Capítulo XIV – Atualização Monetária e Juros sobre a Indenização por Danos Extrapatrimoniais	525
Bibliografia	529